

Notas para um Espiritismo Decolonial

Alessandra dos Santos Pereira <pereiraalessandra@yahoo.com.br>

Fundação Allan Kardec – FAK

Caminhando de par com o progresso, o Espiritismo jamais será ultrapassado, porque, se novas descobertas lhe demonstrassem estar em erro acerca de um ponto qualquer, ele se modificaria nesse ponto. Se uma verdade nova se revela, ele a aceitará.

Allan Kardec

Resumo: O objetivo deste artigo foi refletir sobre o caráter histórico-social do Espiritismo, buscando evidenciar os princípios teóricos de colonialismo e colonialidade que subjazem os fundamentos gerais do conhecimento espírita. Para isso, foi realizada uma contextualização histórico-social das relações econômicas, políticas e religiosas da época de Kardec, bem como suas possíveis repercussões na concepção da Doutrina Espírita, uma definição dos conceitos relacionados a Decolonização e a compreensão de alguns marcadores sociais do perfil dos espíritas. Percebe-se que a invisibilização de certos assuntos permite a continuidade e reprodução de formas de subalternização muito alinhadas com propostas eurocêntricas, modernas e colonizadoras distanciadas do projeto de Kardec ao originar o Espiritismo.

Palavras-Chave: Espiritismo, Decolonização, Histórico-Social

Submetido em 16/10/2021

Aprovado em 18/01/2023

1 INTRODUÇÃO

Existem muitas formas de conhecer e interpretar o mundo. Isso, certamente depende do sujeito do conhecimento e do objeto de observação. Ao olhar o céu estrelado numa noite iluminada, um indígena Tukano perceberá e interpretará este céu de maneira bastante diferente do de um astrônomo. O indígena Tukano vê nas estrelas o Yôkoãpama'a¹ (trajetória das constelações) que organiza, a partir dos conhecimentos e saberes do seu povo, os astros em dois grandes grupos nomeados, em sua maioria, com nomes de animais. O astrônomo observa as estrelas e percebe, a partir de sua luminosidade, a distância entre elas e nós, medindo através de métodos específicos a velocidade em que cada estrela se move para longe ou perto da Terra. Com isso, o indígena conhece o mundo a partir de tradições e cosmologias próprias, que inclusive, diferem de uma para outra etnia. Já o astrônomo compreende as constelações a partir do ponto de vista científico, muitas vezes ancorado em determinada teoria ou conjunto de conhecimentos epistemológicos que sustentam sua observação. Ambos demonstram um conjunto de saberes e entendimentos próprios que se organizam de maneiras diferentes, porém, com a mesma capacidade de organizar e conceber o mundo.

¹ Yôkoãpama'a é um termo utilizado por Gabriel Maia, antropólogo e pesquisador da astronomia tukano. Em sua obra **Bahasamori: o tempo, as estações e as etiquetas sociais dos Yepamahsã (Tukano)**, da coleção Reflexividades Indígenas é possível conhecer as estações anuais indicadas nas constelações e o conjunto de atividades cerimoniais dinamizadas em torno delas.

Pois bem, no Espiritismo, Kardec entendia que seu papel era buscar a “verdade” ou produzir um conhecimento que rompesse com as concepções teológicas estabelecidas em sua época. Utilizando-se de métodos e técnicas vigentes e disponíveis em sua época e, empregando estratégias científicas próprias de seu espírito de pesquisador, o codificador estabeleceu uma relação entre o conhecimento espírita e o conhecimento científico, orientando que a doutrina dos espíritos “assimilará sempre todas as doutrinas progressivas, de qualquer ordem que sejam, desde que hajam assumido o estado de *verdades práticas* e abandonado o domínio da utopia” [1].

Com isso, Kardec impõe o caráter progressista do Espiritismo, sendo possível derivar dessa aceção a necessidade de avançar, em termos de pesquisas e conhecimentos sobre o Espiritismo, ao mesmo tempo em que as ciências também avançam. E complementa em nota de rodapé que:

Diante de declarações tão nítidas e tão categóricas, quais as que se contêm neste capítulo, caem por terra todas as alegações de tendências ao absolutismo e à autocracia dos princípios, bem como todas as falsas assimilações que algumas pessoas prevenidas ou mal-informadas emprestam à doutrina. [2].

Não obstante, percebe-se que algumas concepções doutrinárias são carentes de um olhar contextualizado e de um avanço na compreensão dos termos científicos atuais para que a interpretação dos postulados de Kardec seja mais coerente e sábia. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre o caráter histórico-social do Espiritismo, buscando evidenciar os princípios teóricos de colonialismo e colonialidade que subjazem os fundamentos gerais do conhecimento espírita, considerando sempre o espírito investigativo do pesquisador e/ou estudioso da doutrina.

2 DE KARDEC À CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA: O QUE TEMOS DE NOVO?

Um dos grandes problemas que acomete os estudantes da Doutrina Espírita, ao iniciar sua trajetória de compreensão sobre os princípios de Kardec, é a suposição de estar diante de um tratado de verdade. Orientar sua busca em uma concepção estática, pronta, acabada, no mesmo estilo de verdade atemporal encontrada na filosofia platônica e neoplatônica significa enviesar a compreensão e interpretação dos conhecimentos espíritas. Evidentemente, à época de Kardec a ideia de “verdade” como essência última das coisas era a dinâmica vigente na investigação dos fenômenos, no entanto, o próprio codificador advertiu para o caráter vívido e atualizável daquilo que estava produzindo. Uma evidência dessa preocupação está descrita na Revista Espírita de 1866, ao responder os questionamentos de um leitor sobre o caso de “magnetização de um espírito por outros espíritos” produzindo “atualizações” de algumas ideias anteriormente publicadas em 1857 em O Livro dos Espíritos. Ele diz: “O Livro dos Espíritos não é um tratado completo do Espiritismo; não faz senão colocar-lhe as bases e os pontos fundamentais, que devem se desenvolver sucessivamente pelo estudo e pela observação.” [3].

Isso significa dizer que, ao estudar o Espiritismo é necessário fazê-lo destituído de uma concepção sacral, uma vez que as obras espíritas não apresentam esse caráter de verdade absoluta e nem é desejável que o tenham. Kardec preocupou-se muito mais com o conteúdo e clareza de suas ideias do que com a integridade dos textos ou dos ditados espontâneos feito pelos espíritos [4]. O que verdadeiramente deve orientar estudantes e pesquisadores, ao debruçarem-se sobre os conhecimentos espíritas, é a atitude consciente de análise e, um esforço de compreensão dos conteúdos elaborados em um cenário histórico de mais de 150 anos e, do qual, precisamos constantemente resgatá-lo para realizarmos uma interpretação mais acurada.

Apenas a título de exemplo, para aguçar nossa curiosidade sobre os avanços ocorridos desde a época da codificação até os dias atuais, podemos citar que desde a última publicação de Allan Kardec em 1869, que foi a Revista Espírita, Ciência e Filosofia configuraram-se como campos de

conhecimentos diferentes e desdobraram-se em áreas como a Psicologia, a Antropologia, as Ciências Sociais, as Ciências Políticas entre outras. Surgiu no campo da Física – área de conhecimento já consolidada à época de Kardec – a teoria da relatividade (restrita e geral) e a física quântica, inauguradas por Einstein e Planck. Na Biologia, a Teoria da Geração Espontânea proposta do Lamarck, foi superada, dando lugar a Teoria da Evolução da Espécies de Darwin e Wallace. Mendel, biólogo e frade agostiniano tornou-se o pai da genética com seus experimentos e no final do século XX o genoma humano foi mapeado. Isso sem citar os avanços tecnológicos nos últimos dez anos do século passado com o advento das Neurociências e das Ciências da Informação [4].

Considerando assim o avanço do conhecimento científico e o caráter progressista da Doutrina Espírita é esperado que leitores mais ávidos e pesquisadores e estudiosos sérios investiguem os possíveis impactos e desdobramentos que o Espiritismo sofre com a força imposta pelas mudanças científicas e filosóficas. Temáticas como Deus, origem do universo e do homem, magnetismo e fluidos, evolução dos espíritos, pensamentos e energia espiritual, entre outros, constituem alguns dos possíveis campos de estudos abertos a investigação mais atenta e profunda.

Nessa perspectiva, a proposta desse artigo centra-se em aspectos fundamentais e estruturantes dos conceitos doutrinários, exigindo considerações e reflexões profundas, conscientes e críticas, por parte do leitor, pois implicam desdobramentos na própria concepção doutrinária e na organização do Movimento Espírita brasileiro, estamos falando das ideias colonialistas presentes na história do Espiritismo.

3 COLONIALIDADE E ESPIRITISMO: O QUE TEMOS A VER COM ISSO?

A historicidade da Doutrina Espírita não deixa dúvidas, sua origem data do período pós-revolução Francesa (1789 – 1799, séc. XVIII), momento que marcou o término da idade moderna e o início da idade contemporânea, além do fim do absolutismo na França. Esse período mostrou-se bastante favorável para a cultura francesa. Apesar de sofrer muito com a instabilidade política desse tempo, os franceses experimentaram um desenvolvimento cultural avassalador com a presença de grandes pensadores da sociedade ocidental como Descartes, Rousseau e Voltaire.

França, Inglaterra e Reino Unido configuraram-se como as grandes potências econômicas e culturais, devido a revolução industrial. Desde a virada do século XVIII para o século XIX, com o uso das máquinas a vapor, a ampliação do sistema ferroviário e a mudança rápida nos sistemas de comunicação, a produção de bens de consumo alcançou um patamar nunca imaginado, permitindo que esses países ficassem na liderança sobre a distribuição destes bens em todo o mundo [4].

Essa liderança nas inovações e produção cultural, tornou os europeus uma referência importante e hegemônica para outras sociedades, inaugurando uma perspectiva denominada “eurocentrismo”. Esse movimento ideológico, nada mais é do que colocar a Europa, assim como seus costumes, seu povo, suas línguas, etc, como o elemento fundamental na constituição das sociedades modernas. Isso significa dizer que a sociedade europeia se tornou o padrão social a ser alcançado por todas as outras sociedades e conseqüentemente a protagonista de toda a história da humanidade. Essa concepção, teve desdobramentos profundos na constituição de outras sociedades ocidentais, dando origem a um domínio europeu nos campos das artes, ciência, organização social, econômica, política e religiosa [5].

Ao mesmo tempo, a expansão colonial iniciada anteriormente, no século XVI, com as grandes navegações e a “descoberta” das Américas, revelou um novo capítulo, o neocolonialismo, com a retomada da exploração de países como África e Ásia ainda no século XVIII. Essa expansão de países europeus em direção a outros continentes ficou conhecida como “colonialismo”. O “colonialismo” caracteriza-se por uma política de poder e controle sobre territórios ocupados, expropriando todos os

recursos e riquezas desses países, além de exercer um domínio político, social e religioso sobre as comunidades que ocupavam esses territórios [6].

Neste sentido, as Américas culturalmente dominadas pelos europeus, além de passarem a ser exploradas comercialmente, sob o frágil argumento de “progresso” e “desenvolvimento” dessas regiões, passaram a ser vistas como periferias europeias ou colônias habitadas por sociedades e pessoas primitivas e selvagens. Essa visão predominou durante todo o século XIX e somente em meados do século XX foi que o movimento de descolonização promoveu a emancipação político-econômica e cultural desses territórios.

Com isso, era esperado que nas obras de Allan Kardec, datadas do ano de 1857 até 1869, essa visão de mundo estivesse presente². Uma concepção de “raças primitivas” ou “atrasadas” atribuídas a toda e qualquer civilização que não derivasse da sociedade europeia. A justificativa da superioridade da raça branca assentava suas bases numa hegemonia ocidental-europeia sobre a racionalidade e disciplina, ratificada pela modernização do “discurso eurocêntrico” científico de etapas evolutivas sociais. Esse conceito, afirmava que a “normalidade” e a “completude” corresponderiam a um padrão de evolução social, e que sociedades que não apresentavam tais características seriam “anormais” ou “incompletas” e, muitas vezes “inferiores” [7].

Certamente, houve resistência a essa concepção, tanto do ponto de vista intelectual quanto da perspectiva político-econômica e religiosa. Na América Latina, os movimentos de descolonização ocorreram desde o final do século XIX, mas tornaram-se mais consistentes, durante o século XX, no período logo após a segunda Guerra Mundial. Esses movimentos visavam a emancipação dos territórios coloniais em relação as metrópoles colonizadoras de diferentes maneiras que iam desde uma revolução não-violenta, a partir de acordos com os colonizadores, até guerras de libertação nacional perpetradas por grupos de independência [8].

Do ponto de vista religioso, teóricos latino-americanos revelam que o cristianismo, já enraizado na cultura ocidental e aliado de países europeus colonizadores, reproduziu nos territórios colonizados a naturalização da noção de superioridade dos colonizadores. Estes argumentos filosóficos-religiosos contribuíram com uma justificativa política, social, econômica e epistêmica de povos “civilizados” sobre os “bárbaros” [9].

Concepções teológicas cristãs sustentaram o conhecimento universal eurocentrado numa taxonomia preexistente do espaço, da natureza e da humanidade [10]. Considerando essas informações, pode-se observar o quanto o cristianismo contribuiu com a subalternização de culturas aos interesses de domínio e poder de um determinado governo colonizador e historicamente usurpador das riquezas de outros países. Não raro, isso foi feito com vistas a auferir benefícios financeiros e políticos próprios à custa da escravização e colonização de povos e comunidades.

Neste sentido, ao estudar o aspecto judaico-cristão nas obras de Kardec, o estudante/pesquisador espírita deve estar atento às concepções alinhadas com discursos e narrativas tipicamente europeias, colonizadoras, ocidentais e normativas de uma sociedade “racional” e “disciplinada”, sob o risco de se precipitar em interpretações apoiadas em ideias preconceituosas, racistas, xenofóbicas, intolerantes, entre outras formas de violências sociais perpetradas a grupos histórico e socialmente vistos como marginais, minorias ou inferiores.

4 E A DECOLONIZAÇÃO?

² Essa concepção desencadeou a abertura de um procedimento administrativo no. 1.14.000.000835/2006-12 junto ao Ministério Público da Bahia, que resultou no Termo de Ajustamento de Conduta que obrigou a todas as editoras dos livros de Kardec a inserirem uma Nota Explicativa a esse respeito, explicando tratar-se de um contexto histórico e não de racismo.

Para compreender a decolonização é necessário estabelecer a diferença entre colonialismo e colonialidade. Já falamos anteriormente que colonialismo foi esse processo histórico de domínio de metrópoles europeias (colonizadores) sobre os territórios americanos, africanos e asiáticos (colonizados). A ideia de colonialidade transcende o colonialismo histórico e não desaparece com a independência ou descolonização[6]. Pode-se dizer que a colonialidade é uma forma de poder que controla e interliga, a partir de uma concepção moderna, a formação racial, os recursos, o trabalho, o estado e a produção de conhecimento dos países, agora, emancipados.

Com isso, a distinção entre colonialismo e colonialidade permite explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações colonizadoras, demonstrando que essas estruturas de poder e subordinação assumiram mecanismos mais sutis e alinhados com o sistema-mundo capitalista colonial-moderno [11]. Pode-se considerar assim que a colonialidade é a continuidade do pensamento colonial expressa em relações hegemônicas do poder, saber e ser [12].

A colonialidade do poder diz respeito a identificação dos povos de acordo com certos fenótipos padronizados e impostos pelo pensamento ocidental eurocêntrico. Assim, a concepção de raça tornou-se um instrumento de dominação mais eficaz e durável do que o colonialismo, influenciando assuntos como gênero, sexualidade, conhecimento, relações políticas, ambientais e econômicas [8]. A colonialidade do poder submete dominados/colonizados a uma condição de inferioridade, subalternidade e sendo percebidos socialmente de diversas maneiras como menos importantes. O racismo, por exemplo, é uma delas.

A colonialidade do saber é também fruto do pensamento moderno, que determinou um padrão global, superior, hegemônico e naturalizado sobre o conhecimento [13]. Basicamente, consiste em negar ou invisibilizar o conhecimento produzido por países subalternos ou marginalizados em detrimento aos saberes produzidos por povos ocidentais. Essa visão de mundo considera tudo aquilo que é produzido por ocidentais “civilizados” como um conhecimento superior racional e intelectualmente e os conhecimentos produzidos por sociedades subalternas são medíocres ou insignificantes.

Já a colonialidade do ser está relacionada a inferioridade atribuída aos povos subalternizados, ou seja, todos aqueles que foram silenciados, explorados, oprimidos, escravizados e colocados à margem da sociedade como negros, indígenas, mulheres, mestiços, ribeirinhos, LGBTQIA+, entre outros grupos [14]. Assim, a colonialidade do ser aparece como uma proposta que diferencia as pessoas em termos de gênero, raça e sexualidade compreendendo que essas diferenças colocam esses grupos na condição de inferiores.

Toda essa estratégia tem por finalidade manter a exploração e o domínio sobre as formas pelas quais as sociedades subalternas se relacionam com esses grupos. Isso faz com que pessoas e comunidades sintam seus valores e identidades como inferiores e direcionem suas vidas na busca de um pertencimento grupal dominante e hegemônico. Isso permite a perda da existência do ser e do sentido de si, colaborando para a sua desumanização, ou seja, a medida em que uma pessoa se sente diminuída por ser quem é, suas capacidades, valores éticos morais e sua humanidade diminuem em prol da busca pelo padrão colonizador.

Finalmente podemos falar que a decolonização é uma proposta de enfrentamento da colonialidade e do pensamento moderno eurocêntrico. Pode-se dizer que é um caminho para desconstruir ou resistir aos padrões normativos estabelecidos por sociedades dominantes. O pensamento decolonial propõe uma perspectiva alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos. Implica em um processo de libertação social, político, econômico, religioso e cultural que respeita as diversidades e autonomia de sujeitos, povos e comunidades.

5 O PERFIL DOS ESPÍRITAS

Quero ainda trazer uma última reflexão que nos ajuda a compreender alguns marcadores sociais presentes na maioria nas instituições espíritas brasileiras. Em 2017 foi realizado um censo entre os meses de fevereiro e março, promovido pelo Clube do Livro Letra Espírita e que contou com a participação de 8.250 pessoas. Apesar de ter contado com a participação de pessoas somente da região sudeste e, considerando o alcance da divulgação que ficou restrito a pessoas que conhecem o clube, podemos entrever características no perfil dos espíritas que podem iluminar nossa compreensão sobre o quanto aspectos hegemônicos e de poder podem estar presentes nas instituições espíritas e/ou nos modos de compreender o Espiritismo.

Essas informações são fundamentais para entender o “lugar de fala³” que os espíritas assumem ao lidar com temáticas ligadas a políticas públicas e direitos humanos, minorias, entre outros. Utilizei apenas alguns marcadores sociais da pesquisa como: gênero, orientação sexual, mercado de trabalho e escolaridade. As informações evidenciam que o Espiritismo brasileiro é formado por mulheres (80,4%), heterossexuais (88,6%), ativamente inseridas no mercado de trabalho (66,6%), ganham entre 1 e 6 salários-mínimos (69,2%) e possuem escolaridade superior completo (30,8%) e pós (22,3%) somando 53,1% [15]. Essas referências ratificam as informações divulgadas pelo censo brasileiro que indica o nível de escolarização dos espíritas como sendo o mais alto entre todos os grupos religiosos no Brasil [16].

Relacionando essa pesquisa com as questões da colonialidade, podemos levantar alguns questionamentos para nos ajudar a observar como estamos inseridos nessa lógica. Por exemplo: Por que a Federação Espírita Brasileira nunca teve uma presidente mulher? Por que permanecemos com um quantitativo elevado de homens em cargos de presidência nas casas espíritas? Onde estão as “minorias” sexuais no Movimento Espírita? Como conseguimos ajudar as pessoas que estão desempregadas? Notadamente, somos uma religião de intelectuais, então por que não conseguimos atingir populações mais vulneráveis educacionalmente? Certamente, essas informações sofreram mudanças nos últimos 4 anos, porém, não diminuem o valor dos argumentos e talvez escancarem aspectos que permanecem invisibilizados por nós mesmos.

Podemos indagar ainda sobre como é possível perceber aspectos da colonialidade em nossas interpretações doutrinárias? É possível existir um cristianismo decolonial ou mesmo vertentes cristãs menos comprometidas com a normatização de pessoas e sociedades? O quanto do evangelismo colonizador, muito comum nas catequeses católicas e tradições europeias, reproduz ao participar das atividades no centro espírita que frequento? O quanto de tudo o que se aprende na casa espírita contribui para nos aproximarmos de pessoas “marginalizadas” socialmente como: negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+? Será que essa aproximação só é possível em atividades fraternas de caridade como: sopa, distribuição de rancho e enxoval ou em datas comemorativas de final de ano? Seríamos nós, espíritas brasileiros, capazes de dialogar com nossa sociedade frente a frente, num cenário de tantas violências, abusos de poder e desumanização ou permaneceríamos arraigados na retaguarda da história?

Enfim, muitos questionamentos surgem ao estabelecer uma relação crítica voltada para dentro entre os conhecimentos históricos e as ideias espíritas. Pensar e estudar o Espiritismo exige autonomia, visão crítica e uma lucidez raramente encontrada em pessoas religiosas. Por isso, a preocupação do codificador foi cirúrgica ao estabelecer que a nossa fé fosse inabalável, raciocinada e capaz de encarar

³ Lugar de fala – termo usado pela filósofa, feminista negra e escritora Djamila Ribeiro. Diz respeito ao lugar social que cada grupo ocupa numa determinada sociedade e esse lugar não determina uma consciência discursiva. É um mecanismo que surgiu como contraponto ao silenciamento de minorias feito por grupos privilegiados em espaços públicos. Indica as narrativas únicas e diversas de grupos sociais diferentes.

a razão frente a frente em todas as épocas da humanidade, uma vez que somente com essa disposição de compreender bem a doutrina, seríamos capazes de senti-la mais profundamente [17].

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatar a proposta do artigo que foi refletir sobre o caráter histórico-social do Espiritismo, buscando evidenciar os princípios teóricos de colonialismo e colonialidade que subjazem os fundamentos gerais do conhecimento espírita, acredito que facilitou para muitos de nós que desconhecíamos e/ou não percebíamos essas ideias uma apreensão consciente. A invisibilização de certos assuntos permite de continuemos a reproduzir formas de subalternização muito alinhadas com propostas eurocêntricas, modernas e colonizadoras e imagino que isso não se alinha ao projeto de Kardec.

Nosso propósito não foi apontar o dedo a quem quer que seja, mas sim tocar num assunto silenciado nos estudos espíritas. Nenhum de nós está isento de interpretar o Espiritismo enviesadamente, pois, a própria base teórica e histórica da doutrina contém dispositivos de dominação e controle que eram vistos como naturais à época da codificação. Somente com o avanço das ciências e com o desenvolvimento e a autonomia dos países colonizados, através da construção de políticas de acesso à educação, pensadores e teóricos desses países construíram compreensões que questionam o domínio e a hegemonia de saberes e práticas tipicamente eurocentradas. Assim, ao estudar o Espiritismo, se o fizermos considerando o contexto histórico de Kardec como se fosse os dias atuais, estamos contribuindo para o aumento das hierarquias sociais e aumento das desigualdades. Para ocorrer o contrário é necessário aprofundar na história das ciências e reconhecer o caráter progressista do Espiritismo.

De igual modo, como o berço do Espiritismo foi a França europeia, seria compreensível que a história da doutrina no Brasil fosse atravessada por concepções eurocêntricas. Contudo, parece não fazer mais sentido permanecer com elas, uma vez que além de sustentar desigualdades de diferentes ordens, não nos aproxima das máximas do amor e da caridade. Aliás, a máxima do Espiritismo assentada na frase “fora da caridade não há salvação” reconhece que o principal contributo da caridade é promover uma mudança social e não manter as pessoas nas condições indignas nas quais muitas delas vivem.

Sobre isso, em A Gênese, Kardec ao explicar que “O Espiritismo não cria a renovação social; a madureza da Humanidade é que fará dessa renovação uma necessidade” ele pontua o caráter de renovação social que os espíritas e o Espiritismo assumem socialmente. Porém, para que uma empreitada dessa envergadura seja possível, é fundamental compreender qual o nosso lado da história e qual o nosso papel, para (re)orientarmos nossa trajetória na construção de um mundo mais justo.

Nosso posicionamento assume um caráter político, assim como fez Jesus ao se posicionar ao lado das mulheres, pescadores, leprosos e todas as formas de “minorias” existentes a sua época. Por sermos seres políticos, somos capazes de promover ações sociais e coletivas que promovem o bem-estar de diferentes grupos sociais com base na ética do amor, justiça e caridade. Caridade que em seu sentido mais profundo converte-se em ação para com o próximo, contagiando sociedades com sentimentos e pensamentos de benevolência, tolerância, paz, independente de cor, etnia, sexo, crença ou condição econômica, social ou moral. Seremos nós capazes de construir um Espiritismo assim?

7 APRENDIZADOS

Escrever esse artigo foi um processo quase catártico, uma vez que, ele consegue iluminar diversos aspectos que, ao mesmo tempo em que inquietam meu coração, também dificultam minha caminhada junto aos meus confrades de ideal espírita. Também possibilitou-me olhar para o

Espiritismo no Brasil e para o Movimento Espírita Brasileiro irmanada de sentimentos de compaixão e desejo genuíno de colaborar para construir outra realidade.

Reconheço que minhas fragilidades podem limitar minha caminhada, mas sigo acreditando que, a ausência de uma perspectiva de um Espiritismo progressista já não faria mais sentido pra mim. Ciência e Espiritismo caminham juntas em constante relação e o meu caminhar se define a partir disso, porque é nisso que acredito, é isso que sustenta a minha fé. Sonho com uma doutrina que consiga olhar para dentro, revirar suas próprias entranhas, sentir profundamente a dor da humanidade e fazer nascer o verdadeiro sentido das palavras amor e caridade.

8 REFERÊNCIAS

[1] KARDEC, Allan. *A Gênese*. Trad. Guillon Ribeiro da 5ª edição francesa. 53ª ed. Rio de Janeiro, RJ: FEB, 2005.

[2] idem, ibidem, p 59.

[3] idem. *A Revista Espírita de 1866*. Trad. Evandro Noleto. 1ª edição, Rio de Janeiro, RJ: FEB, 2006, p 102.

[4] MORAES, Elias Inácio de. *Contextualizando Kardec: do século XIX ao XXI*. Goiânia: Aephus, 2020.

[5] GOODY, Jack. *O Roubo da História: Como os Europeus se Apropriaram das Invenções e Ideias do Oriente*. São Paulo; contexto, 2010.

[6] ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *Do Colonialismo à Colonialidade: Expropriação Territorial na Periferia do Capitalismo*. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, setembro/dezembro, 2014, p. 613-627.

[7] BORTOLUCI, José Henrique. *Para Além das Múltiplas Modernidades: Eurocentrismo, Modernidade e as Sociedades Periféricas*. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, 2009, pp. 53-80.

[8] QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-Americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

[9] SILVA, Anaxsuell Fernando da; PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. *Colonialidades do Crer, do Saber e do Sentir: Apontamentos para um Debate Epistemológico a Partir do Sul e com o Sul*. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 50, n. 2, jul./out., 2019, p. 15–30.

[10] MIGNOLO, Walter. *La Idea de América Latina: la Herida Colonial y la Opción Decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005.

[11] CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El Giro Decolonial: Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007.

- [12] BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o Giro Decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio/agosto, 2013, pp. 89-117.
- [13] LANDER, Edgardo. *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais Perspectivas Latino-Americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.
- [14] ALCÂNTARA, Ramom Luis de Santana; SERRA, Elizabeth de Oliveira; MIRANDA, Osmilde Augusto. *O Que eu Falo, o Que eu Faço, o Que eu Sou: Colonialidade do Saber, do Poder e do Ser como Perspectiva Analítica das Questões Étnico-Raciais no Brasil*. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2017.
- [15] CLUBE DO LIVRO LETRA ESPÍRITA. *Perfil do Espírita Brasileiro*, 2017. Disponível em: <<https://www.letraespirita.blog.br/single-post/perfil-do-esp%C3%ADrita-brasileiro>>. Acesso em: 02.10.2021.
- [16] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>>. Acesso em: 02.10.2021.
- [17] KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Trad. Evandro Noleto. 1ª edição, Rio de Janeiro, RJ: FEB, 2006.